

O SILÊNCIO DE KANT: O ESBOÇO DA ANALÍTICA TRANSCENDENTAL NA DÉCADA DE 1770

Kant's Silence: The Sketch Of Transcendental Analytics In The Decade Of 1770

ORLANDO BRUNO LINHARES

Universidade Presbiteriana Mackenzie

oblinhares@uol.com.br

Abstract: In this article I reconstruct the transcendental analytics in the first half of the decade of 1770, and I interpret it as transcendental semantics. In a letter to Herz from 1772, Kant elaborates the critical project, while revising the *Dissertation* of 1770 and he hopes to write the *Critique of pure reason* in approximately three months. The solution of the problem that he has in mind by this time, is limited to the objectivity of intellectual representations.

Key-words: Understanding. Categories and object.

Introdução

O intervalo compreendido entre 1771 e 1780 é um dos períodos de maior efervescência intelectual de Kant. Ele não publicou neste período, mas há documentos que comprovam seu empenho em formular e resolver os principais problemas da *Crítica da razão pura*, os quais nos permitem reconstruir a evolução do seu pensamento nesta década de silêncio. Esses documentos estão divididos em três grupos: o primeiro é constituído de cartas. O segundo grupo é composto de Reflexões, que são notas feitas por Kant no seu exemplar da *Metafísica* de Baumgarten, o qual servia de base para suas aulas de metafísica. As Reflexões desse período foram publicadas, por Adickes, nos volumes XVII e XVIII das obras completas de Kant da Academia de Ciências de Berlim. Finalmente, há as cópias das aulas de Kant feitas por seus alunos, denominadas *Lições de metafísica*.

O objetivo deste artigo é reconstruir a analítica transcendental na primeira metade da década de silêncio de Kant e interpretá-la como uma semântica transcendental¹. Na carta a

¹Loparic propõe que o problema da significação de conceitos e juízos é o elemento fundamental para a compreensão do projeto crítico como um todo. Os resultados alcançados na analítica transcendental da *Crítica da razão pura*, ao destruir as pretensões da metafísica geral em elaborar uma ontologia, são indispensáveis para dissolver os falsos problemas da metafísica especial, pois, na primeira parte da lógica transcendental, Kant determina as origens e os limites do conhecimento humano na medida em que identifica conceitos, proposições e

Marcus Herz de 1772, Kant ao questionar o fundamento da relação entre a representação e o objeto toma consciência da tese dogmática defendida em sua *Dissertação* de 1770, que através do uso real, o entendimento pode conhecer as coisas em si mesmas e não como elas aparecem na sensibilidade, bem como esboça a formulação do problema crítico, mas não apresenta ainda nenhuma solução. Nesse momento, ele pensa que está em condição de solucionar esse problema e pretende redigir a *Crítica da razão pura* em um período de três meses aproximadamente.

Sem, contudo, me esclarecer longamente sobre a totalidade de uma pesquisa levada já ao seu termo, posso dizer que tive êxito no essencial do meu projeto e por isso estou em condições de publicar uma *Crítica da razão pura* que conterà a natureza do conhecimento teórico e do prático na medida em que é puramente intelectual. Aprontarei primeiro a primeira parte que conterà as fontes da metafísica, o seu método e os seus limites, e elaborarei depois os princípios puros da moralidade. A primeira parte será publicada em três meses aproximadamente (KANT 1926a, p. 132).

Não apenas nessa passagem, mas também no primeiro parágrafo da carta, o projeto ultrapassa os temas da *Crítica da razão pura*, mostrando que Kant já possuía uma ideia clara de alguns dos temas centrais com os quais se ocupa até a publicação da *Crítica da faculdade do juízo*.

Depois da sua partida de Königsberg (...) examinei novamente o plano das considerações acerca das quais discutimos para adaptá-lo à filosofia no seu conjunto e ao resto do conhecimento e tomar consciência da sua extensão e dos seus limites. Levei as coisas muito longe na distinção do sensível e do intelectual em moral e nos princípios daí decorrentes.

objetos possíveis. A analítica transcendental, interpretada como uma semântica *a priori*, está a serviço de uma teoria de solução de problemas necessários da razão (Loparic 2000, p. XV), da qual os paralogismos, as antinomias e o ideal da razão pura fazem parte. Loparic sustenta que “o principal problema da crítica não é solucionado pela identificação de problemas insolúveis particulares, mas pela identificação de *classes inteiras* de problemas que estão fora do alcance da capacidade cognitiva superior humana. Esta tarefa só pode ser cumprida pela investigação da eficácia heurística da nossa capacidade cognitiva como tal” (Loparic 2000, pp. 15-6). A lógica transcendental, ao estabelecer as condições de verdade e demonstrabilidade dos juízos sintéticos em geral (Loparic 2000, p. XX), estabelece os limites do conhecimento humano no domínio da experiência possível, negando as pretensões de objetividade de toda metafísica tradicional. Só após ter elaborado a teoria da “verdade transcendental, que precede e possibilita toda a verdade empírica” (KANT 1989, p. A 146; B 185), Kant foi capaz de negar as pretensões infundadas dos juízos da metafísica tradicional em sua busca pelo incondicionado.

Loparic, ao propor que os problemas necessários da razão estão diretamente relacionados com a formulação lógico-semântica, defende que uma das teses fundamentais da *Crítica da razão pura* pode ser expressa no teorema da decidibilidade, “segundo o qual, com respeito a uma questão qualquer que nos seja proposta pela natureza da nossa razão, uma das duas alternativas vale: ou sua indecidibilidade é demonstrável ou existe um procedimento para dar-lhe uma resposta definida” (Loparic 1983, p. 75). E tendo em vista que o teorema da decidibilidade é elaborado, por Kant, para resolver o problema da possibilidade dos juízos sintéticos *a priori*, é necessário, segundo Loparic, que duas exigências sejam satisfeitas: 1) que seja elaborada uma teoria da referência e do significado dos conceitos empregados nestes juízos e 2) que seja elaborada uma teoria da verdade ou falsidade desses juízos. Neste sentido, a semântica *a priori* requer que todos os conceitos, que estão presentes nos juízos sintéticos, devam ter referência e significado objetivos e que todos os juízos sintéticos *a priori* sejam interpretados por formas sensíveis.

Também há já muito tempo que esbocei de maneira que me satisfizes os princípios do sentimento, do gosto, da faculdade de julgar, bem como os seus efeitos, o agradável, o belo e o bem, e fiz então o plano para uma obra que poderia ter por título algo como ‘Os limites da sensibilidade e da razão’. Eu a concebi em duas partes, uma teórica e outra prática (KANT 1926a, p. 129).

Embora Kant antecipe os temas centrais das três críticas, ao problematizar o fundamento da relação entre a representação e o objeto, questiona apenas a ontologia desenvolvida em sua *Dissertação* de 1770. Somente no *Duisburg Nachlass*, redigido entre 1774-5, ao conceber o plano geral da lógica transcendental, ele a divide em analítica e dialética. Até esta data se ocupa em esboçar os aspectos principais da analítica transcendental, centrando sua atenção na reformulação e solução do problema da validade objetiva das categorias, distinguindo os aspectos objetivos e subjetivos. Os problemas da dialética transcendental ocupam a sua atenção somente na segunda metade desta década. As dificuldades com as quais Kant se depara o obrigam a reformular e ampliar seu projeto algumas vezes e a adiar constantemente a publicação de sua *Crítica da razão pura*.

Divido o artigo em três seções. Na primeira, analiso as cartas a Herz de 1771 e 1772, nas quais Kant revisa a *Dissertação* e elabora o projeto crítico. As *Reflexões de metafísica*, compreendidas entre 1772 e 1775, são analisadas nas segunda e terceira seções. Na segunda, reconstruo as bases do idealismo transcendental. Na terceira, reconstruo a solução kantiana para o problema da validade objetiva das categorias em seu aspecto objetivo.

1 O projeto crítico

Nas cartas a Marcus Herz de 1771 e 1772, Kant revisa a *Dissertação* de 1770 e elabora o projeto, que reformulado e ampliado várias vezes, ao longo da década de 1770, o permite finalmente redigir a *Crítica da razão pura* em 1781. A carta a Herz, de 1772, questiona a ontologia de 1770, a qual defende que pelo uso real o entendimento conhece as coisas em si. Em 1772, Kant formula o problema da metafísica da seguinte maneira: “em que fundamento assenta a relação [*Beziehung*] entre o que chamamos a representação [*Vorstellung*] e o objeto [*Gegenstand*]?” (KANT 1926a, p.130). Essa pergunta apresenta vagamente o problema da futura dedução transcendental das categorias na *Crítica da razão pura*, mas não distingue ainda as deduções objetiva e subjetiva. O problema formulado neste documento se constitui no fio condutor de minha análise e permite, a partir dele, traçar os

esboços da dedução objetiva na primeira metade da década de silêncio. Embora a carta a Herz formule vagamente o problema crítico, sem distinguir a dedução transcendental da dedução metafísica, é somente com as Reflexões, redigidas após a carta a Herz de 1772, que a filosofia teórica assume progressivamente as feições de uma semântica transcendental, a qual trata do problema da validade objetiva de conceitos e juízos. Mas, em 1772, Kant não está em condição de conceber a sua filosofia especulativa como uma teoria da resolução de problemas necessários da razão, pois, apesar de ter lido entre 1768 e 1770 as correspondências entre Leibniz e Clarke, não possui ainda o inventário completo dos problemas inevitáveis da razão pura e por isso mesmo não pode formular o problema crítico nos seguintes termos:

A razão humana, num determinado domínio dos seus conhecimentos, possui o singular destino de se ver atormentada por questões, que não pode evitar, pois lhe são impostas pela sua natureza, mas às quais também não pode dar resposta por ultrapassarem completamente as suas possibilidades (KANT 1989, p. A VII).

Não há também na carta uma teoria a priori da referência, do significado e da verdade, que fundamenta a teoria kantiana da solubilidade de problemas necessários da razão teórica na Crítica da razão pura.

Ao analisar essas cartas na perspectiva da evolução do pensamento kantiano, decorrem as seguintes perguntas: qual é a importância das críticas feitas à *Dissertação* por Lambert, Mendelssohn e Sulzer para a formulação do problema da metafísica, contido na carta a Herz de 21 de fevereiro de 1772? Até que ponto a recepção e as críticas feitas a esta obra levaram Kant a rever várias de suas posições? A descontinuidade entre a *Dissertação* e a *Crítica da razão pura* ocorre com a carta a Herz de 1772, antes dela ou depois dela?

Após escrever a *Dissertação*, Kant envia um exemplar a cada um dos três filósofos mencionados, que a qualificam de uma versão do idealismo subjetivo. Lambert aceita a distinção kantiana das faculdades de conhecimento, mas rejeita a idealidade e a subjetividade do espaço e do tempo. Inicialmente, ele refuta a concepção kantiana de tempo e, em seguida, estende as suas conclusões para o espaço. Seu argumento se desenvolve da seguinte forma: todas as transformações estão ligadas ao tempo e não podem ser pensadas sem referências a ele. Ora, se as transformações são reais e se elas se dão no tempo, logo o tempo é real. Mas o que são o espaço e o tempo? Algo simples que escapa a toda conceituação, mas nem por isso deixam de ser reais. Portanto, o tempo e o espaço são reais e absolutos, sendo as condições de

todas as coisas e de suas transformações, mas não são intuições puras, como pretende o idealismo kantiano (KANT 1926a, p. 106). As objeções de Sulzer e Mendelssohn se concentram no mesmo ponto: ambos qualificam a *Dissertação* de idealismo subjetivo. Enquanto Sulzer se apóia em Leibniz para refutar a idealidade do espaço e do tempo (KANT 1926a, p. 112), Mendelssohn concentra sua crítica no conceito de tempo, mostrando que a sucessão é algo objetivo (KANT 1926a, p. 115-6).

Kant considera essas críticas fruto de um profundo mal-entendido, visto que seu objetivo era refutar o idealismo subjetivo, pois na constituição do conhecimento empírico, além da sensibilidade e do entendimento em seu uso lógico, era necessário que um objeto exterior fosse dado na sensibilidade. Ele afirmou no § 11 *Dissertação*:

Ainda que os fenômenos sejam propriamente as aparências das coisas, não as suas ideias e que não expressem uma qualidade interna e absoluta dos objetos, o conhecimento é, no entanto, bastante verdadeiro. Pois (...), enquanto são concepções ou apreensões sensíveis, ou efeitos, testemunham a presença dum objeto, o que vai contra o idealismo (Kant 1983, p. 200).

Em 7 de junho de 1771, Kant redige uma carta a Herz. Ele a inicia se justificando por não ter respondido as correspondências de Mendelssohn e Lambert e, em seguida, afirma que as críticas deles conduziram-no a uma longa série de pesquisas (KANT 1926a, p. 122). Mas essa longa série de pesquisas não mudou a sua concepção da idealidade e subjetividade do tempo e do espaço. Na carta a Herz de 1772, Kant procura novos argumentos para reforçar a tese da *Dissertação* sobre a sensibilidade. Em 1771, Kant apresenta um problema, que não foi objeto da crítica de seus colegas: distinguir no conhecimento o aspecto subjetivo (sensibilidade e entendimento) do objetivo (o objeto). Também estabelece seu projeto, esboçando o plano da sua filosofia crítica:

Eu estou atualmente ocupado com a conclusão de uma obra intitulada *Os limites da sensibilidade e da razão*, que é consagrada às relações dos conceitos fundamentais [*Grundbegriffe*] e leis [*Gesetze*] ao mundo sensível [*Sinnenwelt*] e também o esboço do que constitui o essencial da doutrina do gosto, da metafísica e da moral (KANT 1926a, p. 123).

Da parte especulativa do projeto surge uma série de questões: quais são essas leis e conceitos fundamentais? Na *Dissertação*, a sensibilidade está limitada ao mundo fenomênico e o entendimento em seu uso real não sofre tal restrição. Em 1771, os conceitos fundamentais devem referir-se unicamente aos objetos dos sentidos? Está implícita a incognoscibilidade das coisas em si e a negação do uso real do entendimento?

A descontinuidade entre a *Dissertação* e a *Crítica da razão pura* não ocorre depois da carta de 1772, como argumenta Beck (1989, p. 26), mas na carta de 1771, em que a preocupação de Kant está na relação das leis e conceitos fundamentais com o mundo sensível. No entanto, ele não formula ainda o problema do fundamento da possibilidade dessa relação.

Se a carta a Herz de 1771 surge como o elemento de descontinuidade entre a *Dissertação* e a *Crítica da razão pura*, a carta a Herz de 1772 se constitui no documento principal para a compreensão da mudança de rumo no pensamento kantiano na década de silêncio. Ele a inicia se desculpando por não ter respondido a correspondência de seu amigo, pois estava ocupado com o exame do plano das considerações que discutiu em 1771. A primeira parte do primeiro parágrafo da carta de 1772 faz um balanço do projeto exposto na carta de 1771 e não da *Dissertação*, como argumenta Beck (1989, p. 22).

Ao examinar a parte teórica do projeto, Kant percebe que faltava algo essencial. Em 1771, seu objetivo era estabelecer a relação das leis e conceitos fundamentais com o mundo sensível, mas não colocava ainda o problema da possibilidade dessa relação. Em 1772, sua preocupação é discutir a possibilidade da relação entre as representações e seus objetos. Seu objetivo principal agora é problematizar a objetividade das representações intelectuais. A possibilidade da relação entre as formas *a priori* da sensibilidade e os fenômenos já foi resolvida em 1770. Portanto, a atenção de Kant desde 1771 se desloca para o entendimento. O que ele problematiza aqui, e não fora discutido em 1770 e 1771, é a possibilidade da relação entre os conceitos puros do entendimento e seus objetos. O problema da objetividade das representações é formulado nos seguintes termos:

Enquanto examinava, ponto por ponto, a parte teórica em toda a sua extensão com as relações recíprocas de todas as partes, notei que me faltava ainda algo essencial que, como outros, eu tinha negligenciado nas minhas longas investigações metafísicas e que constitui, de fato, a chave de todo o mistério da metafísica e permanece até agora ainda profundamente escondido. Perguntei-me, então, em que fundamento [*Grund*] assenta a relação [*Beziehung*] entre o que chamamos a representação [*Vorstellung*] e o objeto [*Gegenstand*] (KANT 1926, p. 130).

Em que consiste a chave de todo o mistério da metafísica? Como os conceitos puros do entendimento podem se referir aos objetos da experiência, segundo a interpretação de Carl (1989b, p. 6)? Ou, como as representações puras do entendimento podem se referir às coisas em si, de acordo com a interpretação de Beck (1989, p. 22)? Kant tem em vista o problema da futura dedução transcendental ou se situa ainda na perspectiva ontológica da *Dissertação*?

O problema da relação entre as representações e seus objetos é dividido em duas partes: a relação entre as intuições puras e seus objetos, e a relação entre os conceitos puros do entendimento e seus objetos. No primeiro caso, o problema é fácil de ser resolvido, porque a representação se relaciona com os objetos na medida em que eles afetam os sentidos e as representações espaço-temporais apenas indicam a maneira como o sujeito é afetado pelos objetos. A possibilidade dessa relação é estabelecida na *Dissertação*, que contém o primeiro estágio da revolução copernicana, porque os objetos só nos aparecem se eles se conformarem ao nosso modo de intuição.

Kant apresenta duas hipóteses para o segundo caso: o entendimento através de seus conceitos puros cria seus objetos ou os conceitos puros do entendimento são abstraídos da experiência. Nenhuma das alternativas dá conta da questão de como pode haver conhecimento *a priori* dos objetos. Se nossos conceitos puros do entendimento não são derivados da experiência, não criam seus objetos e devem ter sua fonte na natureza da alma (*Seele*), então, qual é o fundamento da relação com seus objetos? Para a solução imanente do problema, duas questões precisam ser respondidas: como Kant concebe o entendimento e o que é o objeto?

Em 1772, Kant não distingue ainda a razão do entendimento e a relação entre o uso lógico e o uso real não é discutida. Nesse momento, o problema que ele se coloca é o do conhecimento *a priori* dos objetos. Ora, se os conceitos do entendimento em seu uso lógico são todos empíricos, não há como falar de conhecimento *a priori* dos objetos. Uma vez que eles são abstraídos da experiência de acordo com o princípio de identidade, sua referência aos objetos dessa experiência não é problemática. Portanto, o problema tratado em 1772 refere-se ao estatuto do conhecimento *a priori* dos objetos e esse não é o problema do uso lógico do entendimento. Da concepção de entendimento apresentada na *Dissertação*, Kant trata apenas do uso real em 1772. O uso lógico não é problematizado.

Kant rejeita dois modelos de entendimento na solução do problema da objetividade das representações intelectuais: o *intelectus archetypus* e o *intelectus ectypus*. O entendimento humano através de seus conceitos puros não cria seus próprios objetos e os conceitos puros do entendimento não são abstraídos da experiência. Após rejeitar a dupla concepção de entendimento, Kant faz um balanço da *Dissertação*. Ele começa questionando o papel do uso real, isto é, a possibilidade da relação entre os conceitos puros e as coisas em si. Em 1772, ele

não afirma dogmaticamente, como em 1770, que há um uso real do entendimento e que através dele conhecemos as coisas em si, mas problematiza essa relação, perguntando pelo seu fundamento. Algumas reformulações do problema da metafísica confirmam esta interpretação:

Na *Dissertação* contentei-me em exprimir de maneira simplesmente negativa a natureza das representações intelectuais [*intellectual Vorstellungen*], afirmando que elas não seriam modificações da alma [*Seele*] provocadas pelo objeto [*Gegenstand*]. Mas como era possível [*möglich*] que uma representação se referisse a um objeto sem ser afetada de nenhuma maneira por ele? Eis a questão que deixei totalmente de lado. Eu disse que as representações sensíveis [*sinnliche Vorstellungen*] representam as coisas como elas aparecem [*erscheinen*], as intelectuais, como elas são. Mas por que meio estas coisas nos são dadas se não o são através do modo pela qual nos afetam? E, se tais representações intelectuais repousam em nossa atividade [*Tätigkeit*] interna, de onde vem o acordo [*Übereinstimmung*] que devem ter com os objetos que, todavia, não são produzidos por elas? E em que se fundamenta o fato de os axiomas da razão pura referentes a esses objetos concordarem com eles sem que este acordo tenha o concurso da experiência [*Erfahrung*]? (KANT 1926, p. 130-1).

Mas nem todas as reformulações do problema da metafísica estão questionando o uso real do entendimento. A última reformulação coloca outro problema, a saber, como pode o entendimento “estabelecer na sua simples possibilidade, princípios reais com os quais a experiência deve concordar fielmente, uma vez que eles são independentes dela?” (Kant 1926, p. 131). Segundo Carl, nessa passagem, Kant concebe o entendimento como uma função de síntese de representações sensíveis e antecipa a formulação do problema da dedução transcendental. A interpretação de Carl não se sustentaria se ele a apoiasse unicamente na carta; porém, Carl se sustenta de modo decisivo na R 4634, que foi redigida também em 1772, surgindo como o primeiro esboço da dedução transcendental na década de silêncio. Lendo exclusivamente a carta, não é possível estabelecer as seguintes conclusões:

1) A correspondência que precisa ser justificada é a relação entre as categorias e as aparências [*Erscheinungen*] (Carl 1989b, p. 6).

2) Kant limita o emprego das categorias aos objetos da experiência e nega a cognoscibilidade das coisas em si (Carl 1989b, p. 8).

Portanto, a interpretação de Carl, dizendo que Kant, em 1772, formula o problema da dedução transcendental, limita-se a uma única reformulação do problema da metafísica, ignora todas as que tratam do uso real do entendimento e apóia-se em um elemento exterior (a R 4634). Também não há na carta a Herz evidências que negam a aplicação das categorias às coisas em si. Em 1772, Kant não define o entendimento. Ao rejeitar o *intellectus archetypus* e

o *intellectus ectypus*, e ao colocar em questão o papel do uso real do entendimento, coloca-se diante de uma aporia do entendimento.

O segundo elemento da relação é o objeto. Como Kant o concebe nas diversas reformulações do problema da metafísica? Ele trata indistintamente de três classes de objetos, aos quais os conceitos puros se aplicam:

1) Ao problematizar o uso real do entendimento, Kant está se referindo obviamente ao objeto concebido como coisa em si. As diversas reformulações acima citadas, em que Beck apoia a sua interpretação, tratam do objeto dessa maneira.

2) A última reformulação do problema da metafísica trata do objeto da experiência e é nela que Carl sustenta a sua interpretação. Porém, Carl observa que esse termo na carta é ambíguo, correspondendo tanto a *Ding*, *Sache* e *Gegenstand* (Carl 1989b, p. 6).

3) A terceira classe de objetos mencionada por Kant, a saber, os objetos da matemática pura, é ignorada por Beck e Carl. Eis a passagem:

Em que se fundamenta o fato de os axiomas da razão pura sobre esses objetos concordarem com eles sem que tenham o acordo (*Übereinstimmung*) da experiência? Na matemática isso é possível, porque os objetos são grandezas e como grandezas podem ser representados pelo ato de gerar a sua representação ao considerar várias vezes a unidade. Assim, os conceitos de grandeza podem constituir-se a si mesmos e os seus princípios podem ser *a priori* (KANT 1926, p. 131).

Portanto, em 1772, Kant concebe o objeto como coisa em si, como objeto da intuição empírica e como objeto da matemática pura. Ao problematizar o uso real do entendimento, Kant questiona a cognoscibilidade das coisas em si. Quanto aos objetos dos sentidos, não está claro que eles são constituídos de síntese de representações sensíveis. E, finalmente, quanto aos objetos da matemática pura, Kant parece antecipar o conceito de construção, elaborado na *Crítica da razão pura*.

Depois das várias reformulações do problema da metafísica, sem ter ainda definido os dois elementos da relação (o entendimento e o objeto), Kant apresenta algumas soluções históricas do problema da correspondência entre conceitos puros e seus objetos e acusa seus predecessores de introduzir em metafísica a explicação *deus ex machina*, isto é, de apoiar em Deus a validade e a objetividade do conhecimento humano. Sua crítica a Platão, Malebranche e Crusius consiste em que todos introduzem um elemento exterior ao conhecimento, de modo

que a garantia da relação entre conceitos puros e seus objetos é dada por um elemento transcendente. Ora, a única maneira de garantir a possibilidade da relação é através de uma solução imanente. Para que essa solução seja completa, duas condições precisam ser cumpridas: determinar as fontes e a natureza do conhecimento intelectual, e definir o objeto.

2 O idealismo transcendental

Wolfgang Carl argumenta que a carta a Herz de 1772 apresenta o problema da validade objetiva das categorias e defende que a *Crítica da razão pura* anunciada por Kant, cuja conclusão se daria nos próximos três meses, portanto, provavelmente em maio de 1772, conteria a solução do problema formulado. Para defender sua tese, Carl se apoia na R 4634, escrita alguns meses depois da carta (1989b, pp. 5-7). Concordo com Carl que essa Reflexão esboça o aspecto objetivo da dedução transcendental das categorias, mas na carta a Herz e em algumas Reflexões, também de 1772, provavelmente anteriores à R 4634, o conceito de objeto é ambíguo. Argumento que a carta a Herz formula vagamente o problema da dedução transcendental das categorias, pois Kant ao problematizar o uso real do entendimento, apresenta o problema da metafísica nos seguintes termos: “em que fundamento assenta a relação entre o que chamamos a representação e o objeto?” A solução desse problema exige a resposta a duas questões: o que é o objeto e como o entendimento é concebido? A R 4286 comprova que a atenção de Kant está voltada para resolver os problemas decorrentes da carta a Herz de 1772. Embora Adickes tenha estabelecido a data dessa Reflexão entre 1770-71, é provável que ela foi redigida em 1772 ou nos anos seguintes², pois as questões que ele

²A análise das Reflexões apresenta dificuldades. Embora constituam um rico e vasto material, há problemas de redação, periodização e imprecisão terminológica. Kant estabelece, em muitas Reflexões, distinções conceituais importantes para a solução de cada problema, mas em seguida as renuncia, mudando-as por outras de acordo com as dificuldades do momento. Tais problemas tornam a interpretação difícil. Para que elas possam servir ao nosso propósito que tipo de organização e sistematização devemos atribuir-lhes?

Historicamente as Reflexões de metafísica foram organizadas em diferentes edições. A primeira publicação surge em 1884 com a edição de Erdmann. Essa edição é constituída de notas e observações que Kant fez na *Metafísica* de Baumgarten. Outro conjunto, denominado *Duisburg Nachlass*, foi publicado por Reicke em 1899, reeditado e comentado por Haering em 1910. Finalmente, todos os fragmentos foram publicados por Adickes na sua edição das obras completas de Kant da Academia de Ciências de Berlim, compreendendo os volumes XVII a XVIII.

Quais critérios foram utilizados para organizar as Reflexões? Erdmann, na introdução da sua edição, traça a evolução intelectual de Kant em suas etapas principais e, de acordo com essa evolução, agrupa as notas feitas no manual de *Metafísica* de Baumgarten, dispondo-as numa ordem cronológica. Mas a edição de Erdmann é questionada por Haering, para quem não há um critério seguro, que nos permita estabelecer a periodização desses fragmentos e, por isso, não é possível agrupá-los numa ordem cronológica, que pressuponha uma linha de evolução, tomando como base a própria evolução do pensamento kantiano (Haering 1910, p. 1). Adickes

formula visam resolver o problema da metafísica elaborado na carta a Marcus Herz de 1772.

1. O que é o objeto [*Object*]?
2. Em que consiste a referência [*Beziehung*] de uma determinação da alma [*Seele*] com qualquer outra coisa?
3. Qual é o fundamento [*Grund*] da sua relação?
4. Como nós distinguimos o que se relaciona ao objeto [*Object*] e o que se relaciona ao sujeito [*Subject*]? (R 4286 Ak. XVII, 496)

Nesta seção, argumento que Kant, ao esboçar a revolução no método e objeto da metafísica, apenas prepara a analítica transcendental. A R 4473, ao retomar o problema da carta a Herz, questiona a referência [*Beziehung*] das representações intelectuais [*intellectual Vorstellungen*] aos objetos [*Gegenstand*]. A R 4633 encaminha a solução do problema, esboçando alguns dos elementos do idealismo transcendental, sem, contudo, definir os dois termos do problema: o entendimento e o objeto.

A R 4473, escrita em 1772, foi objeto de inúmeras interpretações, embora seja uma das notas que mais se aproxima da carta a Herz. Bernard Rousset conclui que ela é um esboço da carta (1967, p. 60, nota 53) e Robert Theis defende que ambas apresentam a mesma articulação (1982, pp. 213-4). Para Pierre Lachièze-Rey, ela reforça a negação da harmonia preestabelecida (1972, p. 405) e Carl defende que esse documento apresenta a solução do problema da objetividade das categorias (1989a, pp. 63-4). Kant a inicia em termos próximos aos da carta.

A questão é saber como nós podemos representar coisas [*Dinge*] plenamente *a priori*, isto é, independentemente de toda experiência (mesmo implícita) e como nós podemos tomar *a priori* princípios [*Grundsätze*], que não são emprestados de nenhuma experiência (R 4473, Ak. XVII,

distribui as Reflexões por ordem de matéria (matemática, física, química, geografia física, lógica, antropologia, metafísica e ética) nos volumes XIV a XIX de sua edição, estabelecendo uma cronologia destes fragmentos, diferente da de Erdmann, não baseada em critérios internos, mas em critérios externos: tinta, caligrafia, papel utilizado e o lugar onde alguns fragmentos foram escritos (nos manuais e verso de cartas). Em seguida, ele as divide em 33 fases.

Erdmann e Adickes estão longe de estabelecer critérios seguros para a determinação precisa da data da redação de cada Reflexão. Os problemas decorrentes dessas edições levam Vleeschauwer a recusar esses documentos como um conjunto de material seguro na reconstrução da evolução do pensamento kantiano, utilizando-os unicamente como material de apoio para, a partir deles, estabelecer uma interpretação sobre o estágio do pensamento de Kant neste período. Vleeschauwer considera apenas o *Duisburg Nachlass* como documento confiável, que nos permite compreender o desenvolvimento do criticismo nessa fase (1976a, pp. 48-9). Mas as críticas dirigidas contra a cronologia das edições de Erdmann e de Adickes por Haering e Vleeschauwer não inviabilizam a tentativa de reconstrução da dedução transcendental a partir das Reflexões.

Embora eu utilize a edição de Adickes, eu interpreto as Reflexões sob certa influência de Erdmann, que agrupa e classifica as Reflexões de acordo com uma interpretação da evolução do pensamento kantiano. Mas diferente de Erdmann, eu interpreto a evolução do pensamento kantiano na década de silêncio como uma lenta superação da ontologia da *Dissertação* de 1770 e uma progressiva elaboração da lógica transcendental concebida como uma semântica *a priori*.

564).

Aqui e na carta, o problema tratado é o do conhecimento *a priori* dos objetos. De que objetos tratam os dois textos? Do fenômeno e da coisa em si. Portanto, essa passagem permanece no mesmo nível da carta, pois Kant não limita o conhecimento aos fenômenos e não determina que o conhecimento *a priori* procurado é o dos objetos dos sentidos, não o das coisas em si. Em seguida, Kant precisa a questão:

Como é possível que objetos [*Gegenstände*] correspondam [*correspondieren*] ao que é simplesmente um produto de nosso espírito que se isola [*unseres sich isolierenden Gemüts*] e que esses objetos estejam submetidos às leis que nós lhes prescrevemos. A matemática pura e a metafísica demonstram que estes conhecimentos *a priori* existem, mas é uma procura essencial a do fundamento da sua possibilidade. Pode-se facilmente compreender que uma representação [*Vorstellung*] corresponda a um objeto [*Object*], da qual ela é o seu efeito [*Wirkung*], ou seja, quando a representação é causada por ele. Mas não é clara a relação entre algo [*etwas*] que tem origem [*Geburt*] *a priori* no meu cérebro [*Gehirns*] e o objeto. Que a objetos [*Gegenstände*] que exercem uma impressão sobre mim ainda esteja ligado outro objeto, portanto, que nós ligamos [*verknüpfen*] uma representação a outra através da experiência, é fácil de compreender. Mas é difícil explicar porque nós podemos ligar propriedades e predicados aos objetos [*Gegenstände*] representados onde nenhuma experiência jamais nos mostrou ligados (R 4473, Ak. XVII, 564).

Aqui e na carta, a preocupação de Kant se dirige para o entendimento, pois na *Dissertação* ele resolveu o problema do fundamento da relação entre as intuições puras e as aparências [*Erscheinungen*] com a teoria da idealidade e subjetividade do espaço e do tempo. O que permanece sem solução é a relação entre os conceitos puros e os objetos. Kant reproduz as mesmas articulações da carta, mas utiliza uma terminologia diferente. Ele não emprega os termos entendimento, conceitos puros do entendimento e categorias, mas espírito [*Gemüt*] e cérebro [*Gehirns*], porém a diferença de vocabulário não altera a formulação do problema.

Nessa Reflexão e na carta, Kant divide o problema da relação entre as representações e seus objetos em duas partes: 1) a relação entre as representações sensíveis espaço-temporais e os objetos e 2) a relação entre as representações puras do entendimento e os objetos. Somente a segunda é problemática, pois no primeiro caso a relação é evidente, porque o espaço e o tempo são as condições de nos serem dados objetos na intuição. Portanto, o espaço e o tempo, concebidos como formas puras da sensibilidade, contêm *a priori* as condições de possibilidade dos objetos interpretados como fenômenos.

Se os conceitos puros do entendimento não representam as condições de nos serem dados objetos na intuição e se não há relação imediata entre as categorias e os objetos, então,

como as condições subjetivas do pensamento podem ter validade objetiva? Na Reflexão 4473 e na carta, Kant recusa todo apelo a soluções transcendententes e propõe uma solução imanente, mas não a desenvolve.

Dizer que um ser superior tenha depositado sabiamente em nós tais conceitos [*Begriffe*] e princípios [*Grundsätze*] é arruinar toda a filosofia. É na natureza de nossos conhecimentos em geral que é necessário procurar como uma relação [*Beziehung*] e uma ligação [*Verknüpfung*] são possíveis, lá onde são dados somente os termos da relação (R 4473, Ak. XVII, 564).

A R 4473 termina com uma passagem importante, que antecipa a concepção de experiência apresentada no § 13 da *Crítica da razão pura*. A experiência não se reduz à simples impressões sensíveis. Para que ela seja possível é necessário que haja atos de conhecimento que a possibilite.

Os conhecimentos de experiência [*Erfahrungserkenntnisse*] não são simples impressões [*Eindrücke*]. Para que possam surgir as impressões, é necessário que pensemos algo sobre elas. É necessário que haja atos do conhecimento [*Handlung der Erkenntnis*], que precedam a experiência e a torne possível (R 4473, Ak. XVII, 565).

Com uma terminologia diferente da empregada na *Crítica da razão pura*, essa passagem nos mostra que Kant concebe a experiência como um produto de elementos heterogêneos: a matéria e a forma. Pela sensação nos é dada a matéria do fenômeno. Sua forma provém das intuições puras e das categorias.

Na R 4633, também de 1772, Kant aponta o caminho para que o problema formulado encontre sua solução definitiva. Ele a inicia do mesmo modo que a Reflexão já analisada, questionando o estatuto do conhecimento *a priori* dos objetos. Em seguida afirma: para que possamos ter conhecimento *a priori* dos objetos, é necessário que eles estejam submetidos ao nosso modo de conhecimento.

Como podem ser produzidos em nós conhecimentos, dos quais os objetos [*Gegenstände*] ainda não nos foram representados? Visto que os objetos [*Objekte*] não devem reger nossos conhecimentos, mas são nossos conhecimentos que devem regê-los, parece necessário que eles devam nos ser dados, segundo seus elementos fundamentais [*Grundstücken*], antes que possam ser pensados [*gedacht werden*]. É, portanto, a possibilidade de um conhecimento *a priori* (...) que constitui nossa primeira e mais importante questão. Questão que tem algum mérito (...) precisamente numa parte da filosofia, que nada deve à experiência e aos sentidos. Há ciências inteiras desta espécie. A matemática pura, que deriva integralmente de fontes puras *a priori* sem nada receber em seus fundamentos que provenha da experiência, tem feito progresso incomparável. Mas há outras, que querendo ter também uma origem *a priori*, se encontram lançadas sem cessar em contradições [*Widersprüchen*]. É necessário investigar os conhecimentos *a priori* em geral (R 4633, Ak. XVII, 615-616).

Dessa Reflexão é possível extrair algumas conclusões fundamentais para a filosofia

transcendental. Embora o conceito de objeto não esteja ainda definido, o conhecimento *a priori* só é possível se, primeiro, a matéria do fenômeno for coordenada pelas formas *a priori* da sensibilidade e, em seguida, ordenada pelos conceitos puros do entendimento. Ao limitar o conhecimento aos fenômenos, Kant parece sugerir, nas últimas linhas dessa nota, que a tentativa de se obter conhecimento *a priori* das coisas em si lança a razão em contradições inevitáveis. A distinção dos domínios legítimos e ilegítimos da aplicação dos conceitos puros do entendimento encaminha a solução do problema da objetividade das categorias, antecipando a distinção da lógica transcendental em analítica e dialética transcendentais.

A insolubilidade dos problemas necessários da razão ocorre porque os dogmáticos, por não fazerem uma crítica da razão para avaliar a legitimidade de suas pretensões e descobrir as origens e os limites do conhecimento humano, não têm consciência da falta de significado e referência dos conceitos empregados nos juízos da metafísica tradicional. Kant ao questionar a legitimidade do uso real do entendimento, na carta a Herz de 1772, não se dá conta, ainda, que a solução do problema da metafísica exige uma revolução completa no seu método e objeto. Embora com a teoria da sensibilidade *a priori*, elaborada na *Dissertação*, Kant tenha operado uma revolução no modo de apreensão dos objetos, não os insere, ainda, no domínio da semântica *a priori*. A revolução completa é realizada nas Reflexões da primeira metade da década de 1770, ao demonstrar que um objeto possível deve satisfizer as condições ligadas às intuições puras e aos conceitos puros. Sem muita clareza, ensaia a reforma da metafísica na R 4633, argumentando que os limites do conhecimento humano se identificam com conceitos e proposições possíveis, os quais, para terem validade objetiva, devem necessariamente se referir às intuições puras e empíricas, antecipando, assim, a tese semântica transcendental, que, em 1781-7, é formulada nos seguintes termos: a *Crítica da razão pura* “requer que se torne *sensível* um conceito abstrato, isto é, que se mostre na intuição um objeto que lhe corresponda, porque, não sendo assim, o conceito ficaria (como se diz) privado de *sentido* [*Sinn*], isto é, sem significação [*Bedeutung*]” (KANT 1989, p. A 240; B 299).

A R 4633 aponta o caminho da revolução na metafísica e na R 4369 Kant formula o problema da metafísica dessa maneira: “a questão é saber se a metafísica trata dos objetos [*Objekten*] que podem ser conhecidos pela razão pura [*reine Vernunft*] ou do sujeito [*Subject*], isto é, dos princípios [*Prinzipien*] e leis [*Gesetzen*] no uso [*Gebrauch*] da razão pura” (R

4369, Ak. XVII, 521-2). Ao negar a concepção de metafísica defendida na *Dissertação*, Kant define a metafísica de agora em diante em função das estruturas subjetivas, que possibilitam o conhecimento dos objetos empíricos e matemáticos. As Reflexões citadas a seguir explicitam a concepção de metafísica desenvolvida nesse período: “a metafísica não trata dos objetos [*Objecten*], mas sim dos conhecimentos [*Erkenntnissen*]” (R 4853, Ak. XVIII, 10). Ela

é a ciência das coisas em geral, isto é, da possibilidade de nosso conhecimento *a priori* das coisas, independente da experiência. Ela nada pode nos ensinar sobre as coisas em si [*Dingen an sich*], mas unicamente sobre as condições [*Bedingungen*] *a priori*, sob as quais nós podemos conhecer em geral coisas [*Dinge*] na experiência, isto é, princípios da possibilidade da experiência [*Principien der Möglichkeit der Erfahrung*] (R 5936, Ak. XVIII, 394).

Portanto, a metafísica, que progressivamente vai se convertendo em idealismo transcendental, não trata dos objetos, mas do espírito humano do qual surgem o conhecimento *a priori* e seus limites.

A filosofia transcendental não considera os objetos [*Gegenstände*], mas o espírito humano [*menschliche Gemüt*] do ponto de vista de suas fontes [*Quelle*], do qual procedem o conhecimento *a priori* e os limites [*Grenzen*]. A matemática pura não é uma parte da filosofia transcendental, mas apenas suas fontes, que nascem do espírito (4873, Ak. XVIII, 16).

As quatro últimas Reflexões citadas mostram que Kant concebe a metafísica, no período de preparação da *Crítica da razão pura*, como uma filosofia transcendental, que se ocupa menos dos objetos do que do nosso modo de conhecê-los *a priori*. Porém, ele não a compreende unicamente em seu aspecto especulativo, embora este seja o meu foco de interesse, atribuindo-lhe também um sentido prático:

A metafísica tem por finalidade: 1. descobrir [*ausmachen*] a origem [*Ursprung*] do conhecimento sintético *a priori*; 2. compreender as condições restritivas [*restringirende Bedingungen*] do uso empírico [*empirischen Gebrauch*] da nossa razão; 3. mostrar a independência da nossa razão destas condições, portanto a possibilidade de seu uso absoluto; 4. e, assim, estender [*ausdehnen*] nosso uso da razão além dos limites do mundo sensível [*über die Grenzen der Sinnenwelt*], mesmo que seja de maneira negativa, isto é, retirar o obstáculo [*Hindernis*] que a própria razão constitui a partir dos princípios de seu uso empírico e 5. mostrar a condição de sua unidade absoluta para que ela possa ser um princípio completo de unidade prática [*pratischer Einheit*], isto é, do acordo de todos os fins [*Zweck*] em um todo (R 4849, Ak. XVIII, 5-6).

Uma das consequências da demonstração da validade objetiva das categorias é que o uso transcendente das categorias, ainda que natural, é ilusório, isto é, dialético. Mas esta caracterização negativa não dá conta da tarefa a ser realizada pela dialética transcendental. Kant ao elaborar os esboços da analítica transcendental entre 1772 e 1775, dá um tratamento secundário aos problemas da dialética transcendental, pois está ocupado em solucionar o

problema da objetividade das representações intelectuais. Na segunda metade da década de 1770, atribui à dialética transcendental, além do papel negativo - fazer a crítica à ilusão transcendental - papéis positivos - concebe para a razão um uso regulativo, na esfera teórica, e um uso prático. Além disso, busca o acordo entre a razão teórica e a razão prática.

3 A dedução objetiva

O caminho que conduz Kant da formulação do problema da metafísica, contido na carta a Herz, à sua solução na dedução transcendental pressupõe uma elaboração crescente do conceito de objeto. Portanto, a exigência de objetividade requer a análise das condições de possibilidade do objeto, as quais remetem ao sujeito. Assim, o caminho a seguir é examinar os objetos dados e regressar, a partir deles, para suas condições de possibilidade.

Isto pelo qual um objeto [*Gegenstand*] (da experiência) nos é dado chama-se fenômeno [*Erscheinung*]. O que da parte do espírito humano [*menschlichen Gemüts*] torna possível os fenômenos denomina-se sensibilidade [*Sinnlichkeit*]. Há uma matéria na sensibilidade, que se chama sensação (*Empfindung*) e em relação às sensações e à sua diversidade nós somos puramente passivos e o diverso das impressões faz que nós não encontremos em nós nada *a priori*. (...) Mas os fenômenos têm também uma forma [*Form*], um fundamento que se encontra em nosso sujeito [*Subjekt*], pela qual nós ou ordenamos as impressões ou o que lhes correspondem e damos um lugar a cada uma de suas partes. Esta pode ser uma atividade [*Tätigkeit*] provocada pelas impressões [*Eindrücke*], mas que pode por si mesma ser conhecida (R 4634, Ak. XVII, 618-9).

Na perspectiva do método de análise, o ponto de partida do conhecimento é a sensação. Da afecção surgem em nós as representações, que põem em movimento a nossa faculdade intelectual, transformando a matéria bruta das impressões sensíveis num conhecimento denominado experiência. Enquanto a sensação nos dá a matéria do fenômeno, as intuições puras espaço-temporais nos dão sua forma. Kant define a sensibilidade como aquilo que da parte do espírito [*Gemüt*] humano torna possível os fenômenos, mas unicamente como aparências [*Erscheinungen*]. A sensibilidade é pura receptividade, sendo o sujeito, diante das sensações e da diversidade de impressões que ela lhe apresenta, totalmente passivo. A sensação é a matéria dada na sensibilidade. Assim, é necessário distinguir no conhecimento a matéria e a forma. A matéria é o múltiplo, o dado, o contingente do fenômeno; a forma é unificadora. Enquanto a matéria do fenômeno é dada *a posteriori*, sua forma encontra-se *a priori* no espírito.

Kant estabeleceu, na *Dissertação*, a idealidade do espaço e do tempo, ao provar que

eles são as condições de possibilidade do aparecimento dos fenômenos na medida em que são as formas dos fenômenos. Enquanto o tempo é a condição de possibilidade dos fenômenos internos, o espaço é a condição de possibilidade dos fenômenos externos. Na R 4673, que é uma versão preliminar da estética transcendental, o tempo é a condição formal e *a priori* de todos os fenômenos, tanto internos quanto externos; o espaço é apenas a condição dos fenômenos externos (R4673, Ak. XVII, 637-38).

Se considerássemos a sensibilidade uma faculdade de conhecimento autônoma, poderíamos afirmar que a concepção de fenômeno estaria estabelecida, mas é na atividade sintética do entendimento que a problemática da objetivação do fenômeno é desenvolvida. “As coisas [*Dinge*] que nos são dadas *a posteriori*, devem ter também uma relação com o entendimento [*Verstand*]. (...) Consequentemente, tudo o que nós conhecemos *a posteriori* (através dos sentidos) se encontra submetido às condições universais de um conceito” (R 5208, Ak. XVIII, 118), que tem como função a objetivação das representações sensíveis.

Para Kant “os princípios [*Prinzipien*] da possibilidade da experiência (...) são ao mesmo tempo princípios da possibilidade dos objetos da experiência” (R 4757 Ak. XVII, 703). No processo de constituição do objeto, Kant elabora a ideia de uma subjetividade transcendental. Se não queremos que todo o nosso conhecimento seja reduzido a uma mera sucessão de representações, mas que o mundo da experiência científica seja governado por leis necessárias e universais, devemos recorrer à atividade sintética do entendimento, que vincula as diversas representações empíricas no objeto. Os objetos da experiência devem ser constituídos das sínteses das representações sensíveis segundo os conceitos puros do entendimento, porque, de outro modo, todo o nosso conhecimento não passaria de uma sucessão de representações incapazes de se unirem numa unidade objetiva de acordo com as regras da consciência. Os fundamentos da experiência e de seus objetos devem ser procurados nos princípios da sua forma *a priori*, isto é, nas regras universais da unidade, nas condições necessárias da objetividade da síntese dos fenômenos. Essa objetivação unificadora só pode ser atribuída aos fenômenos pela ação do entendimento, que, através das categorias, transforma as impressões sensíveis em objetos da experiência.

Como o entendimento opera as sínteses das representações sensíveis para constituir o objeto do conhecimento e em que consiste o conhecimento? A sensibilidade é definida como

uma faculdade de conhecimento receptiva. Todas as intuições, enquanto sensíveis, assentam em afecções. O entendimento é definido como uma faculdade discursiva, não intuitiva, e espontânea, no qual todo o conhecimento é mediado por conceitos. Os conceitos, através dos quais pensa o entendimento, são funções de síntese das representações sensíveis, que unificam o múltiplo de sensações num único objeto. O entendimento não pode fazer outro uso destes conceitos a não ser, por seu intermédio, formular juízos. Deste modo, todos os conceitos são funções de unidade entre as representações e o entendimento deve ser representado como uma faculdade de julgar, consistindo o conhecimento em formular juízos.

Se todo o nosso “conhecimento consiste em juízos” (R 4638, Ak. XVII, 620), a matéria dada na intuição empírica não é ainda conhecimento, mas apenas representações para a elaboração do objeto por intermédio das funções lógicas do entendimento. Na R 4634, Kant, ao esboçar o aspecto objetivo da dedução transcendental das categorias, dá uma solução imanente para o problema da metafísica, formulado na carta a Herz de 1772, e apresenta uma análise detalhada do objeto e seu conhecimento.

Nós conhecemos um objeto apenas pelos predicados [*Prädikate*] que lhe atribuímos em palavras ou em pensamentos. As representações, em nós antes encontradas, não se constituem ainda em conhecimento [*Erkenntnis*], mas são apenas materiais a serem elaborados pelo entendimento. Segue que um objeto [*Gegenstand*] é alguma coisa em geral [*etwas überhaupt*], que nós pensamos por certos predicados, formando seu conceito (R 4634, Ak. XVII, 616).

Enfatizando a natureza judicativa do conhecimento, Kant distingue os juízos em analíticos, sintéticos e sintéticos *a priori*. No primeiro caso, o juízo é *a priori*, mas não acrescenta nada ao conhecimento do sujeito, pois a ligação do sujeito e do predicado é pensada por identidade, sendo, portanto, um juízo meramente explicativo. Apesar de todos os juízos analíticos serem compreendidos *a priori*, o que equivale a dizer que são necessários e universais, não ampliam o nosso conhecimento, uma vez que apenas através do princípio de contradição é possível explicitar o conceito do sujeito em seus momentos parciais. No segundo caso, o predicado não está contido no sujeito, mas é a ele acrescentado pela experiência. Enquanto todos os juízos analíticos podem ser conhecidos *a priori*, são sintéticos os juízos que podem ser conhecidos somente *a posteriori*. Porém, os caracteres de necessidade e universalidade faltam aos juízos sintéticos, tornando-os contingentes, pois têm a experiência como condição de possibilidade. A possibilidade dos juízos analíticos e sintéticos não apresenta dificuldades e, por isso, não é objeto da atenção de Kant. Mas o mesmo não

ocorre com os juízos sintéticos *a priori* e diante desta dificuldade sua possibilidade necessita ser demonstrada.

Todos os juízos analíticos podem ser conhecidos *a priori* e é sintético o que apenas pode ser conhecido *a posteriori*. Por isso, os juízos empíricos são sintéticos. Mas há juízos, que são sintéticos, cuja validade [*Gültigkeit*] parece estabelecida *a priori*, por exemplo, tudo que muda tem uma causa. Como estes juízos se formam? Como fazemos para juntar ao conceito de um objeto [*Gegenstand*] outro conceito, que nenhuma observação e experiência nos mostram? (R 4634, Ak. XVII, 617).

Nem os juízos analíticos nem os sintéticos satisfazem a necessidade e a universalidade do conhecimento do objeto científico. Há juízos, cuja validade deve ser estabelecida *a priori* mesmo que sejam sintéticos.

Nós temos juízos *a posteriori* que são sintéticos e juízos *a priori* que são também sintéticos. Mas os juízos sintéticos *a priori* não devem ser derivados de nenhuma experiência, pois contêm uma verdadeira universalidade e necessidade e, enquanto contêm puros conceitos, não podem ter sido criados a partir da experiência. A questão da origem destes conceitos não nos interessa. De onde vem que nós os ligamos? É graças à uma revelação [*Offenbarung*] ou trata-se de preconceito? (R 4634, Ak. XVII, 617).

O problema da origem dos conceitos puros, que na *Crítica da razão pura* é denominado dedução metafísica, não é objeto da atenção de Kant nessa nota. A resposta à questão da possibilidade dos juízos sintéticos *a priori* é dada ao ser demonstrada a validade objetiva das representações *a priori*. Nos juízos sintéticos *a priori*, estão compreendidos dois elementos: as intuições puras e os conceitos puros. A possibilidade desses juízos é assegurada ao ser demonstrado que esses dois elementos podem ser sintetizados em um juízo. Desde a carta a Herz de 1772, o problema da relação entre as representações e seus objetos é dividido em duas partes: a relação entre as intuições puras e seus objetos, e a relação entre os conceitos puros do entendimento e seus objetos. No primeiro caso, o problema é facilmente resolvido. Na *Dissertação*, Kant estabeleceu a possibilidade dessa relação quando argumentou que a representação se relaciona com os objetos na medida em que eles afetam os sentidos e as representações espaço-temporais apenas indicam a maneira como o sujeito é afetado por eles. Dito de outro modo, os objetos só nos aparecem se eles se conformarem ao nosso modo de intuição.

Mas os conceitos puros do entendimento apresentam dificuldades. Num primeiro momento, pode-se admitir que as categorias se aplicam a todos os objetos, inclusive às coisas em si e, em seguida, não há motivo para supor que os objetos dos sentidos devam se submeter

às funções sintéticas do entendimento. Assim surgem as suspeitas sobre a objetividade das categorias. Elas se aplicam a todos os objetos, inclusive às coisas em si, e qual é o limite do seu uso? São essas dúvidas que tornam a dedução transcendental das categorias indispensável. O papel da dedução transcendental é demonstrar que os conceitos puros podem ter um valor objetivo, dado que esse valor não é imediatamente evidente. O espaço e o tempo podem representar objetivamente o que é dado na sensibilidade, porque o objeto se submete às formas da intuição sensível ou não é objeto para nós. O caso das categorias é diferente. Elas não exprimem a maneira pela qual somos afetados pelos objetos. Elas não são formas da intuição. As categorias são maneiras de pensar, de determinar espontaneamente os objetos. O entendimento não é passivo como a sensibilidade. Nós atribuímos aos objetos as determinações do pensamento. Daí surge o problema da dedução transcendental: “como poderão ter *validade objetiva* as *condições subjetivas do pensamento*” (KANT 1989, p. A 89; B 122)? Os conceitos puros do entendimento não são, num primeiro momento, condições *a priori* da possibilidade da experiência e não é evidente também que devam se limitar unicamente aos objetos dos sentidos.

O único modo de explicar a validade objetiva dos conceitos puros do entendimento é provar que eles determinam *a priori* seus objetos quanto à forma do pensamento, isto é, que eles são condições *a priori* da possibilidade da experiência e de seus objetos.

Se certos conceitos contêm o que tornam possíveis todas as experiências, eles podem ser enunciados *a priori*, antes de toda a experiência e, portanto, com um valor completo antes de tudo o que nos pode ser apresentado (pela experiência). Eles não valem para as coisas em geral. Eles valem para tudo o que nos pode ser apresentado pela experiência, porque eles contêm as condições da possibilidade dessas experiências. Estas proposições não contêm a condição da possibilidade das coisas, mas da experiência. Mas as coisas que não podem ser dadas por nenhuma experiência não são nada para nós (R 4634, Ak. XVII, 618).

Enquanto as intuições puras espaço-temporais determinam o modo pelo qual os objetos nos aparecem, as categorias determinam o modo pelo qual eles são pensados. Intuições e conceitos constituem as condições *a priori* da possibilidade da experiência e de seus objetos. Embora o espaço e o tempo, como formas *a priori* da sensibilidade, sejam duas fontes de conhecimento, das quais é possível extrair *a priori* diversos conhecimentos sintéticos, sozinhos não podem fornecer as condições de possibilidade dos juízos sintéticos *a priori*. Isoladamente os conceitos puros do entendimento também não podem fornecer as requeridas condições, pois nenhuma proposição sintética pode ser feita, utilizando somente

eles. Por isso, a ontologia é impossível, pois pretende o conhecimento sintético *a priori* das coisas em geral.

Há em toda experiência qualquer coisa pela qual um objeto nos é dado e qualquer coisa pela qual é pensado. Se nós tomamos as condições que se encontram na atividade do espírito [*Tätigkeiten des Gemüts*], pelas quais unicamente o objeto pode ser dado, pode-se conhecer qualquer coisa *a priori* dos objetos [*Objekten*]. Se nós tomamos isto pelo que unicamente ele pode ser pensado, pode-se também conhecer qualquer coisa *a priori* de todos os objetos [*Gegenständen*] possíveis. É desta maneira que qualquer coisa torna-se para nós um objeto [*Gegenstand*] ou um conhecimento do objeto (R 4634, Ak. XVII, 618).

Referências

ALLISON, Henry E. *Kant's transcendental idealism. An interpretation and defense*. New Haven/London, Yale University Press, 1983.

BECK, Lewis White. "Two ways of reading Kant's letter to Herz: Comments on Carl", In: *Kant's transcendental deduction. The three Critiques and the Opus Postumum*. Editado por Eckart Forster. Stanford, California, Stanford University Press, pp. 21-28, 1989.

CARL, Wolfgang. *Der schweigende Kant. Die Entwürfe zu einer Deduktion der Kategorien vor 1781*, Göttingen, 1989a.

_____. "Kant's first drafts of the deduction of the categories". In: *Kant's transcendental deduction. The Three Critiques and the Opus Postumum*. Editado e traduzido por Eckart Forster. Stanford, California, Stanford University Press, pp. 3-20, 1989b.

_____. *Die transzendente Deduktion der Kategorien in der ersten Auflage der Kritik der reinen Vernunft. Ein Kommentar*. Frankfurt, Vittorio Klostermann, 1992.

CICOVACKI, Pedrag. "An aporia of *a priori* knowledge on Carl's and Beck's interpretation of Kant's letter to Marcus Herz", In: *Kant-Studien*, Berlin, Walter de Gruyter, pp. 349-360, 1991.

COFFA, Alberto. *The Semantic Tradition from Kant to Carnap*. Cambridge, 1991.

GUYER, Paul. *Kant and the claims of knowledge*. Cambridge University Press, 1995.

_____. "The unity of reason: pure reason as practical reason in Kant's early conception of the transcendental dialectic". In: *The Monist*, v. 74, n 3, Illinois, pp. 139-167, 1989.

HAERING, Theodor. *Der Duisburg'sche Nachlass und Kants Kritizismus um 1775*. Tübingen, 1910.

HANNA, Robert. *Kant and the foundations of analytic Philosophy*. Oxford, 2001.

HOGREBE, Wolfram. *Kant und das Problem einer transzendentalen Semantik*. Freiburg/München. Karl Alber, 1974.

KANT, Immanuel. “Acerca da forma e dos princípios do mundo sensível e do mundo inteligível”. In: *Textos pré-críticos*, Porto, Rés-Editora, 1983.

_____. *Crítica da Razão Pura*. Tradução portuguesa de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão: Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

_____.: Briefwechsel. In: *Kants gesammelte Schrifte*, v. X. Editado por Rudolf Reicke, Berlin/Leipzig, Walter de Gruenter & CO, 1926a.

_____. Kant's handschriftlicher Nachlass. In: *Kants gesammelte Schrifte*, v. XVII, Editado por Erich Adickes, Berlin/Leipzig, Walter de Gruenter & CO, 1926b.

_____. Kant's handschriftlicher Nachlass, In: *Kants gesammelte Schrifte*, v. XVIII, Editado por Erich Adickes. Berlin/Leipzig, Walter de Gruenter & CO, 1928.

KREIMENDAHL, Lothar. *Kant - der Durchbruch von 1769*. Köln, 1990.

LACHIÈZE-REY, Pierre. *L'idealisme Kantien*. Paris, J. Vrin, 1972.

LOPARIC, Zeljko. Heurística kantiana. In: *Cadernos de história e filosofia da ciência* v. 5, pp. 73-89, 1983.

_____. *A semântica transcendental de Kant*. Campinas, CLE. (Coleção CLE, v. 29), 2000.

ROUSSET, B. *La Doctrine Kantienne de L'Objectivié. L'Autonomie Comme Devoir et Devenir*. Paris, Vrin, 1967.

STRAWSON, P. F. *The bounds of Sense. An essay on Kant's Critique of Pure Reason*. London, Methuen, 1973.

THEIS, R. Le Silence de Kant. Etude sur l'évolution de la pensée kantienne entre 1770 et 1781. In: *Revue de métaphysique et morale*, pp. 209-239, 1982.

VLEESCHAUWER, H. J. *La déduction transcendental dans l'oeuvre de Kant, I: La déduction transcendental avant de la Critique de la raison pure*. New York/London Garland Publishing, 1976a.

_____. *La déduction transcendental dans l'oeuvre de Kant, II: La déduction transcendental de 1781 jusqu'a la deuxième édition de la Critique de la raison pure (1787)*. New York/London, Garland Publishing, 1976b.